

Diálogo providencial

No exato momento em que decidiu formular uma nova agenda de medidas para debelar a crise econômica, entre as quais a reforma de pontos polêmicos da Constituição, o Governo emitiu claros sinais de que a conjuntura se encontra exposta a rápido processo de deterioração. Não importa discutir se a lista das transformações requeridas incorpora aspectos sujeitos à rejeição popular ou impeditivos de conquistas consagradas na lei. De tal ordem se apresenta a situação nacional, em suas projeções para o futuro imediato, que cumpre às lideranças, políticas, empresariais e trabalhistas, buscarem convergir suas energias para um programa comum de salvaguarda.

Hoje se sabe com hialina transparência que somente mediante o diálogo construtivo, isto é, isento de concepções prévias e de preconceitos de qualquer natureza, poderá conduzir-se o País ao centro de uma mobilização capaz de retirá-lo de suas graves dificuldades. Há em perspectiva ameaça de desestabilização da economia em grau que poderá tornar-se incontrolável, sobretudo no tocante à evolução dos preços, principal disfunção do sistema na experiência contemporânea.

Assim, a reaproximação do presidente Fernando Collor com a liderança empresarial, com a qual há tempos sustentava um debate público áspero, atende a pressupostos do entendimento reclamado pela crítica situação. De fato, após audiência de duas horas no Palácio do Planalto, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Mário Amato, descobriu vários pontos de

convergência entre a posição das empresas e as reformas constitucionais preconizadas pelo Executivo, conforme proposta em fase de elaboração.

Caminhar em terreno comum é uma contingência ditada por toda consciência crítica presente nas relações entre o governo e os agentes privados do setor produtivo. Nem a administração pública conseguirá impor regras de condicionamento aos fatores de perturbação econômica, nem o empresariado alcançará a manutenção e normal desenvolvimento de seus negócios, caso não consigam harmonizar os seus interesses. E, nesse processo, surge o exercício da renúncia e da desambiguação, em nome de uma salvaguarda que interessa à sobrevivência de todos os segmentos ativos da sociedade brasileira.

Doravante, é indispensável que as divergências, antes de ganharem as manchetes de jornais e as censuras do povo, sejam postas civilizadamente na mesa do diálogo, que deve ser permanente para revelar-se eficaz. Cabe agora ao Executivo buscar o outro extremo das relações produtivas, os trabalhadores, para com eles, por meio de suas legítimas lideranças, concertar as bases de um novo entendimento. Que seja apenas para deixar espaços em aberto a eventuais conversações, segundo o que ocorre agora em relação ao patronato, já será um passo importante na estratégia concebida para normalizar a vida econômica e social do País. Diante da crise e de suas ameaçadoras tendências, qualquer ação conciliadora será bem vista, até porque, em hipótese contrária, não haverá como evitar o pior. Quer dizer, o caos.